



Tribunal de Contas da União

CONCURSO PÚBLICO 2021



ESPELHO DE CORREÇÃO

Auditor Federal de Controle Externo - Área Controle Externo

P3 - Questão 01 – Conhecimentos Gerais

Itens	Valor máximo por item
a. João poderá acumular licitamente os dois cargos públicos, porque são privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários verificada no caso concreto, haja vista que a Constituição da República apenas exige o requisito de tal compatibilidade, não trazendo qualquer limitação de carga horária.	3.00
b. Caso João acumule licitamente dois cargos públicos, a incidência do teto remuneratório dos servidores públicos do Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988 pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.	3.00
c. Tendo em vista que a morte de Maria ocorreu em 2022, portanto em momento posterior ao da Emenda Constitucional 19/1998, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o teto constitucional previsto no Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988 incide sobre o somatório da remuneração do cargo efetivo de João e a pensão percebida pelo servidor em razão da morte de sua esposa.	3.00
d. A sociedade empresária Alfa não poderá participar da licitação porque a nova Lei de Licitação dispõe que não poderá participar indiretamente da licitação o agente público de órgão licitante. Ademais, de acordo com a jurisprudência do STJ, o fato de o servidor estar licenciado não afasta o entendimento segundo o qual não pode participar de procedimento licitatório a empresária que possuir em seu quadro de pessoal servidor do órgão responsável pela licitação.	5.00
Abordagem geral: fluência e coerência da exposição.	1.00
Valor Máximo Questão 01	15.00

P3 - Questão 02 – Conhecimentos Gerais

Itens	Valor máximo por item
A Constituição de 1988 consagra, em sua literalidade, a regra da imprescritibilidade das ações de ressarcimento pelos danos que os agentes públicos causem ao patrimônio público.	2.00
O Supremo Tribunal Federal entendeu que somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso de improbidade administrativa, tipificado na Lei nº 8.429/1992.	2.00
Em relação aos demais ilícitos, que não aqueles descritos, a ação é prescritível.	2.00
No caso descrito, a decisão proferida pelo Tribunal de Contas não se enquadra na exceção da imprescritibilidade, pois apenas realizou o julgamento técnico das contas, não propriamente julgando João, o que atrai a incidência das regras concernentes à prescrição.	2.00
O ato cogitado pelos grupos políticos, cujo objetivo é extinguir as consequências da conduta de João, em todas as instâncias de responsabilização, é a anistia.	2.00
A anistia é de competência privativa do Congresso Nacional, sendo veiculado em lei, com a correlata participação do presidente da República.	2.00
O ato cogitado é compatível com a ordem constitucional.	2.00
Abordagem Geral: fluência e coerência da exposição.	1.00
Valor Máximo Questão 02	15.00



Tribunal de Contas da União

CONCURSO PÚBLICO 2021



ESPELHO DE CORREÇÃO

P4 – Questão 01 – Conhecimentos Específicos	
Itens	Valor máximo por item
Abordagem quanto a alterações no reconhecimento e na mensuração de ativos	5.00
Abordagem quanto a alterações no reconhecimento e na mensuração de passivos	3.00
Abordagem quanto a alterações no reconhecimento de receitas; Abordagem quanto a alterações no reconhecimento de despesas	3.00
Abordagem quanto a alterações na estrutura das demonstrações contábeis	3.00
Abordagem Geral: fluência e coerência da exposição.	1.00
Valor Máximo Questão 03	15.00
P4 – Questão 02 – Conhecimentos Específicos	
Itens	Valor máximo por item
Pergunta 1: Análise da matriz de confusão e descrição do problema a) Citar desbalanceamento de classes / amostra enviesada. b) Citar ausência de verdadeiros e falsos negativos (o modelo está prevendo tudo como 'bom').	5.00
Pergunta 2: Explicação da limitação da métrica na situação apresentada a) Citar que a precisão não considera o número de verdadeiros negativos, tornando-a uma métrica ilusória quando usada em datasets desbalanceados b) Citar que a precisão pode ser manipulada ao marcar todas as observações como pertencentes à classe majoritária c) Citar que o sistema deveria ter como prioridade encontrar as peças defeituosas e não as boas	5.00
Pergunta 3: Enumeração de técnicas aplicáveis Quaisquer duas das opções abaixo podem ser consideradas para resolver o desbalanceamento: a) Superamostragem da classe minoritária (defeito). b) Subamostragem da classe majoritária (bom). c) Atribuição de pesos diferentes às classes. d) Mudar a função de perda no treinamento, para considerar a cobertura. Se o candidato não considerar os itens "a", "b", "c" ou "d", e considerar apenas os itens "e" ou "f", ficará com 1 ponto somente no item 3. e) Mudar o algoritmo de treinamento. f) Mudar o modelo.	4.00
Abordagem Geral: fluência e coerência da exposição.	1.00
Valor Máximo Questão 04	15.00



Tribunal de Contas da União

CONCURSO PÚBLICO 2021



ESPELHO DE CORREÇÃO

P4 – Questão 03 – Peça	
Itens	Valor máximo por item
<p>ANÁLISE DA 1ª SITUAÇÃO) O Município Alfa está prestes a firmar convênio de transferência voluntária de recursos da União, mas deixou de instituir a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública local. Porém, tal contribuição é espécie tributária distinta de imposto, razão pela qual o Município não incorre na vedação prevista no Art. 11, parágrafo único da LRF (estabelece ser vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não implemente a previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucional). O candidato deve reconhecer que não há irregularidade segundo a LRF.</p>	10.00
<p>ANÁLISE DA 2ª SITUAÇÃO) A despesa total com pessoal do órgão do Judiciário da União excedeu a 95% do limite para tal órgão, segundo previsto no art. 22, parágrafo único da LRF, passando-lhe a ser vedado o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança, cf. art. 22, parágrafo único, IV, LRF. Como oficiais de justiça não se enquadram em nenhuma dessas exceções, enquanto perdurar essa situação de violação do limite, embora o concurso público possa ser realizado, o cargo não poderá ser provido com os aprovados. Proposta de encaminhamento: Determinar ao órgão que não realize o provimento de tal cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título enquanto a despesa total com pessoal estiver excedendo o limite.</p> <p>Resposta alternativa, com pontuação inferior: ao candidato que, na proposta de encaminhamento, afirmar que se deveria recomendar a suspensão do próprio concurso, pode-se conceder a metade dos pontos referentes à proposta de encaminhamento. O texto literal do art. 22, parágrafo único, IV, LRF não proíbe a realização de concursos, mas sim o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal enquanto durar o excesso de gastos com pessoal.</p>	10.00
<p>ANÁLISE DA 3ª SITUAÇÃO) o Município Beta, ao não remeter ao Ministério da Economia, no prazo devido, informações necessárias à constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, teria violado o art. 48, § 3º, LRF, o que, em regra, acarretaria a suspensão de recepção de transferências voluntárias, cf. Art. 48, § 4º c/c Art. 51, § 2º, LRF. O Município, porém, está por firmar convênio de transferência voluntária de recursos na área da assistência social, que constitui exceção expressa à proibição prevista no Art. 25, § 3º, LRF, dado o relevante interesse social envolvido. O candidato deve reconhecer que não há irregularidade segundo a LRF.</p>	10.00
<p>ANÁLISE DA 4ª SITUAÇÃO) A nova lei isencional optou por indicar medida de compensação do impacto da renúncia fiscal com a elevação de alíquota de tributo federal a ocorrer apenas em 01/01/2023. Nesse caso, a isenção não pode ser concedida antes desse prazo, como está para ocorrer na situação (a partir de julho de 2022), mas o benefício deve aguardar para entrar em vigor quando implementada efetivamente a medida compensatória de elevação da alíquota de outro tributo, cf. Art. 14, § 2º, LRF. Proposta de encaminhamento: Determinar a não concessão da isenção antes de implementada a elevação de alíquota em 01/01/2023</p>	10.00
Valor Máximo Questão 05	40.00
P4 – Questão 03 – Avaliação de Linguagem	
Itens	Valor máximo por item
<p>Domínio da modalidade escrita culta da língua portuguesa, considerando-se os aspectos de natureza gramatical, tais como ortografia, morfossintaxe e adequação vocabular. registrar o número de erros.</p>	25.00
Valor Máximo Questão 06	25.00